

Cabo de guerra jornalístico: reflexões sobre tensionamentos e alterações nas relações entre profissionais e fontes de informação ¹

Verônica Maria Rufino de SOUSA²

Heitor Costa Lima da ROCHA³

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

O presente estudo propõe uma reflexão sobre as relações entre fontes e jornalistas, através de uma revisão teórica sob a ótica do Newsmaking, abrangendo a problemática do uso de fontes oficiais e a manutenção da estrutura de poder vigente; o processo designado como Revolução das Fontes e a autoridade exercida pelo público refletida na capacidade de influenciar todo o processo de produção jornalístico e inserir temas na agenda política. A partir dessa discussão epistemológica, propõe-se apresentar possíveis adaptações e alterações na postura dos profissionais jornalistas na busca por um jornalismo que atue para além de mero eco de fontes oficiais, compreendendo o cidadão colaborador como partícipe ativo na busca pela pluralidade de vozes e perspectivas no fazer jornalístico.

PALAVRAS-CHAVE: teoria do jornalismo; newsmaking; fontes jornalísticas.

1. INTRODUÇÃO

“Jogo da corda” ou “cabo de guerra” são termos comumente utilizados nas discussões acadêmicas para retratar as complexas e assimétricas relações entre as redes de fontes e os jornalistas na busca pelo poder de interpretação da realidade. Se de um lado dessa disputa encontram-se os representantes da estrutura de poder, com acesso privilegiado aos *media* por possuírem características como maior credibilidade e acessibilidade; do outro, tem-se as classes desfavorecidas, grupos sociais excluídos da periferia e o cidadão comum que compõem o público, mas, apesar de possuir alguma autoridade, dificilmente se transforma em fonte de informação, inserindo temáticas na agenda política. Nesse cenário, o jornalista atua como agente mediador, selecionador e difusor das informações transmitidas pelas fontes, submetido a pressões editoriais,

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFPE, email: veronica.sousa@ufpe.br.

³ Doutor em Sociologia pela UFPE. Professor associado do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE, integrando o grupo de pesquisa Jornalismo e Contemporaneidade, e-mail: heitor.rocha@ufpe.edu.br.

comerciais e políticas, porém, com relativa autonomia garantida por meios legais e pelo consenso da sociedade.

Diante desse contexto e sob a ótica do *Newsmaking*, o presente estudo propõe uma reflexão sobre as interações entre fontes e jornalistas, por meio de uma revisão teórica, abrangendo a problemática do uso de fontes oficiais e a manutenção da estrutura de poder vigente; o processo designado como Revolução das Fontes e a autoridade exercida pelo público refletida na sua capacidade de influenciar todo o processo de produção jornalístico e inserir temas na agenda política.

A partir dessa discussão epistemológica que engloba autores como Gans (1979), Molotch e Lesters (2016), Hall (2003, 2016); Chaparro (1994), Benetti (2010), Ross (2006) e Habermas (1997), propõe-se refletir sobre as possíveis adaptações e alterações na postura dos profissionais jornalistas na busca por um jornalismo que atue para além de mero eco de fontes oficiais, compreendendo o cidadão colaborador como participante ativo na busca pela diversidade significativa de versões, vozes e perspectivas no fazer jornalístico.

2. COMPREENDENDO O JOGO

As fontes jornalísticas, seu papel, classificações, suas associações com a estrutura de poder vigente e as relações com o profissional jornalista estão sempre presentes nas reflexões sobre o estado da arte do jornalismo, principalmente no contexto da sociologia dos emissores e nos estudos sobre processos produtivos. O *Newsmaking* tomou para si a análise das lógicas dos processos de construção das mensagens e a organização dos trabalhos jornalísticos, as quais incluem as redes de fontes como um dos membros dessa estrutura complexa.

A abordagem de Gans (1979, p. 80) sobre o que vem a ser uma fonte é crucial nesse contexto. “Por ‘fontes’, entendo os atores que os jornalistas observam ou entrevistam, (...), e aqueles que apenas fornecem informações básicas ou sugestões de histórias”. Porém, em sua caracterização, o autor faz questão de destacar e incluir a estrutura de poder composta por “grupos de interesse organizados e não organizados, e ainda de setores maiores da nação e da sociedade”.

Baseando-se nos estudos de Pinto (2000), João Carlos Correia aprofunda a discussão elencando os objetivos de fontes e repórteres, que não são coincidentes.

Segundo o autor, as fontes procuram nos *media* maior visibilidade; imposição de temas de seus interesses na agenda pública; apoio às suas ideias, produtos e serviços; amenização ou prevenção de malefícios; neutralização de opositores; e reprodução de uma imagem positiva junto ao público. Já os jornalistas buscam por meio das fontes obter informações inéditas, confirmar informações obtidas, impulsionar o debate de ideias e atribuir credibilidade e legitimidade ao conteúdo informado (CORREIA, 2011).

Diante do exposto e conforme enfatiza novamente Gans (1979), apesar dessa relação entre jornalista e fonte parecer simples e linear, trata-se, na verdade, de uma conjuntura cíclica que envolve, com visto, um grande jogo de interesses. Nesse “jogo da corda” ou “cabo de guerra” (GANS, 1979; SCHLESINGER, 1972 *apud* WOLF, 2006) sobre a interação entre a tríade composta por fontes, jornalistas e público, o jogador mais forte decide o jogo e leva como premiação a interpretação da realidade. Para Gans (1979, p. 81-82), esse jogo é decidido pelo poder.

O poder é exercido por todos os participantes na transmissão de informações; está também em evidência dentro da organização noticiosa, que é hierarquicamente organizada. Mesmo os leitores e telespectadores têm algum poder, expresso pelo protesto e recusa em aceitar o que lêem e veem, razão pela qual os jornalistas costumam se preocupar com sua credibilidade.

Como veremos adiante, a relação entre esses participantes é assimétrica e o grande questionamento, nesse sentido, é sobre quem normalmente consegue sair vencedor desse jogo.

2.1 Regras do jogo

O primeiro passo para o entendimento das regras do jogo é compreendermos o contexto em que ele surge. O desenvolvimento da grande imprensa mercantil, a hegemonia da ideologia epistêmica positivista e dos estudos da chamada *Mass Communication Research* norte-americana influenciaram o fazer jornalístico a partir da segunda metade do século XIX. A adoção de um estilo imparcial, neutro e padronizado passou a dominar os hábitos jornalísticos, assim como a legitimação da objetividade como critério de moral profissional (CORNU, 1994).

É nesta dimensão que se coloca o profissionalismo. É constituído por um conjunto de regras, muitas vezes tácitas, raramente vividas como regras por quem, no entanto, o pratica, e que não são objecto de discussão pública. Essas regras produzem-se dentro e em volta da redacção, são transmitidas na interacção social e aprendidas através de uma socialização atenta e gradual. As modalidades de produção e de transmissão das regras - a interacção social quotidiana - fazem

com que o seu carácter de regras não seja imediatamente visível (BECHELLONI, 1982, *apud* WOLF, 2006, p. 96).

Como parte desse conjunto de regras caracterizado acima, há a necessidade de se ter um fluxo constante de notícias para conseguir garantir a continuidade de oferta do produto jornalístico. Tem-se, portanto, o fator tempo (seja diante do ritmo do trabalho executado ou até mesmo da exaltação do imediatismo e da atualidade como valores-notícia) como crucial para fazer com que o jornalismo caia, conforme explica Tuchman (1978, p. 215), na “teia de facticidade”, em outras palavras, na realização de um jornalismo raso, voltado apenas para os acontecimentos e não para a discussão ampla das problemáticas que os envolvem (TRAQUINA, 2005). Tem-se ainda, como consequência, a utilização de fontes que possam facilitar esse trabalho e que influenciam diretamente a qualidade do que vem a ser noticiado.

2.2 Os jogadores

Compreendido o contexto do jogo, passemos a identificação dos jogadores. Os estudos de Harvey Molotch e Marilyn Lesters (2016) nos ajudarão neste sentido. Ao caracterizarem o percurso de desenvolvimento dos acontecimentos públicos, os autores destacam o conjunto de indivíduos/grupos (denominados de agências) que participam da construção do que vem a ser noticiado.

(1) Inicialmente tem-se os “promotores de notícias” (*News Promoters*), que identificam uma “ocorrência como especial, com base em algo, por alguma razão, para os outros”. Encontram-se aqui, os detentores de poder político e econômico (e seus interesses), assim como o cidadão comum, denunciante de transgressões, por exemplo (MOLOTCH; LESTERS, 2016, p. 66-67).

(2) Os jornalistas, editores e demais atores que transformam as ocorrências fornecidas pelos promotores em acontecimentos públicos são classificados como *News Assemblers*. De acordo com Molotch e Lesters (2016, p. 68), esse processo se dá através da seleção dos acontecimentos “mais especiais, interessantes ou importantes”, num contexto que engloba atividades organizacionais, como rotinas produtivas, vinculações políticas e, ainda, constrangimentos ligados a aspectos comerciais (BREED, 2016).

(3) Há, por fim, os *News Consumers*, ou seja, os consumidores de notícia (leitores, espectadores, ouvintes etc.) “que analogamente assistem a determinadas ocorrências

disponibilizadas como recursos pelos meios de comunicação social” (MOLOTCH; LESTERS, 2016, p. 66).

2.3 Relações entre jogadores

Na arena dessa disputa pela interpretação da realidade, as relações existentes entre os jogadores nem sempre são explícitas e equilibradas. Corroborando com o objetivo desse estudo, daremos ênfase aos tensionamentos existentes na relação entre os *News Promoters* e os *News Assemblers*.

Como visto anteriormente, os promotores de notícias e os *media* possuem necessidades de acontecimentos nem sempre coincidentes. Porém, não raro acontece de o agente promotor – no caso, a as elites políticas e econômicas - pressionar o jornalista a alterar sua rotina de trabalho a fim de satisfazer suas demandas, podendo, inclusive, submeter o profissional a sanções diretas, como por meio de ameaças, boicotes etc.; ou indiretas, através de entrevistas regularizadas, fugas de informação etc. (MOLOTCH; LESTERS, 2016).

Aprofundando a temática, Hall *et al.* (2016, p. 317) explicita a adequação entre as ideias da elite dominante e as ideologias e práticas da atividade jornalística. Segundo o autor, os *media* frequentemente não são os definidores iniciais (*primary definers*) das notícias. “Sua relação estruturada com o poder tem efeito de fazê-los representar não um papel crucial, mas secundário, ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado, como de direito, aos *media* como ‘fontes acreditadas’”, explica.

Basta dizer que os profissionais estão ligados às elites decisórias não somente através da posição institucional das próprias emissoras enquanto “aparelho ideológico”, mas também pela estrutura de *acesso* (ou seja, o recurso excessivo e sistemático a pessoas da elite e á sua “definição da situação” na televisão). Podemos inclusive dizer que os códigos profissionais servem para reproduzir definições hegemônicas, especificamente por *não* inclinarem *abertamente* suas operações em uma direção dominante: a reprodução ideológica, portanto, acontece aqui inadvertidamente, inconscientemente, “pelas costas dos homens”. (HALL, 2003, p. 400-401)

Assim, ainda conforme Hall (2003) no jogo de interpretações da realidade, é a definição hegemônica que vai definir o horizonte mental, os significados possíveis e toda gama de relações de uma sociedade, por ser tal definição considerada legítima e naturalizada.

Na contramão desse cenário, tem-se a figura do jornalista que, em busca alimentar de forma mais veloz a agenda midiática e engolido pelas pressões editoriais, recorre às facilidades proporcionadas por tais promotores, privilegiando informações advindas de fontes oficiais e agências de notícias. Neste sentido, a profissionalização das fontes é destacada por Correia (2011, p. 99) como um problema contemporâneo.

O que fica claro, diante do exposto é que, cada vez mais, as fontes utilizadas irão refletir, por um lado, a estrutura de poder econômico e social existente e as exigências dos procedimentos produtivos (WOLF, 2006). Gans (1979) vai comparar essa relação a uma dança, onde reina a reciprocidade: fontes institucionais querem ter acesso aos jornalistas para sanarem suas demandas, enquanto jornalistas se aproximam das fontes para obter informações e facilitar sua rotina. Em resumo, como explica Gans (1979, p. 81),

Aqueles que detêm o poder económico ou político podem, facilmente, ter acesso aos jornalistas e são acessíveis a estes; aqueles que não têm qualquer poder, mais dificilmente se transformam em fontes e não são procurados pelos jornalistas até as suas acções produzirem efeitos noticiáveis enquanto moral ou socialmente negativos.

Essa “assimetria funcional”, todavia, vem sendo reduzida diante do avanço das mídias digitais que possibilitou o que Chaparro (2009) identifica como Revolução das Fontes, alterando as relações entre os *News Assemblers* e *News Consumers*. As novas tecnologias transformaram os consumidores de notícias, antes qualificados como receptores passivos, em participantes ativos e efetivos que intervêm no processo de produção de notícias, produzindo e divulgando informações e concorrendo, ainda que de forma desigual, com a estrutura de poder na definição das temáticas abordadas pelos *medias*. Como explica Chaparro (2009, p. 7), “tendo o fato produzido e a sua notícia como principais ferramentas de ação, as fontes, antigamente passivas, se transformaram em instituições deliberadamente produtoras de conteúdos, por meio de fatos e falas noticiáveis”.

Para além de mera fonte de informação, os cidadãos consumidores de notícias passam a ser considerados novos protagonistas, atuando de diversas maneiras e compartilhando, inclusive, funções antes exclusivas ao profissional jornalista. Dentre essas funções, estão a de *gatekeeper*, podendo atuar como selecionador e publicador de informações; e a de *gatewatcher*, indicando pistas de leitura para os demais usuários,

atuando como um “conselheiro” redistribuidor de informações; e ainda a de colaborador participante de todo processo produtivo da informação (CANAVILHAS, 2010). Em suma, todas essas iniciativas possibilitam a apresentação de uma maior diversidade de vozes nos textos jornalísticos, reduzindo, dessa forma, a assimetria entre fontes oficiais e não oficiais, e evidenciando a autoridade do público como participante ativo da democracia, conforme Chaparro (1994).

Essa nova realidade implica, ao jornalista, novos desafios e responsabilidades profissionais, cabendo a ele ratificar seu papel como mediador social e agente legitimador das informações que publica, uma vez que, “embora as fontes possam pretender mostrar o que é importante da informação que elas oferecem, será o jornalista, em último caso, quem terá de decidir onde está a notícia” (ALSINA, 2009, p. 228).

3. POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS

Apesar da relativa autonomia do jornalista e das - cada vez mais frequentes e eficazes - possibilidades de interferência do público defendendo sua autoridade, frequentemente, nesse jogo, a vitória dos detentores de poder é quase sempre certa. Uma das consequências desse fato é a ascensão do jornalismo declaratório, sem aprofundamento e contextualização das temáticas abordadas, como prática comum e aceitável. Pereira Júnior (2010, p. 82) define esse tipo de jornalismo como “aquele que se satisfaz com declarações de celebridades, políticos e empresários, pouco importa se sustentadas em fatos”.

Para além disso, o silenciamento de jornalista e do público passa a transmitir a visão de um aparente universo equilibrado (e manipulado). Conforme enfatiza Serra (2003, p. 33), “produz-se, assim, uma imagem tranquilizadora da sociedade, de acordo com a qual os burocratas e os tecnocratas velam pelo bem-estar e pela segurança de todos e cada um dos cidadãos, corrigindo de forma eficaz as eventuais ‘anomalias’ e ‘disfunções’”. Por outro lado, ao serem informados apenas por fontes oficiais, os jornalistas perdem seu poder de denunciar transgressões e abusos, gerando um ciclo vicioso de cumplicidade entre esses e o poder público, tornando os *medias* meros “mensageiros do poder”.

O olhar de Edward Herman (2016) sobre as condições de diversidade significativa nas notícias é bastante necessário nesse contexto. Ele denomina de diversidade sem

sentido ou marginalizada a situação em que “temas, fatos e perspectivas que se desviam da perspectiva geral estabelecida estão confinados aos limites dos *media* e não chegam ao grosso da população”. Essa perspectiva geral é normalmente estabelecida pela estrutura de poder vigente, sendo difundida pelos próprios *media*, a partir da reprodução das falas de fontes oficiais

De acordo com Herman, apesar de contribuírem para o entendimento sobre diversidade de notícias, os estudos voltados à atuação dos jornalistas como *gatekeepers* não abrangem a temática da diversidade significativa, uma vez que focam na negociação entre esses e os demais indivíduos, levando-os à conclusão de que há sim (apesar de pouco), na mídia, espaço para opiniões dissidentes. A proposta do autor para análise sobre essa diversidade significativa é intitulada como “propaganda *framework*” – modelo que observa como os *media* tratam frequentemente assuntos semelhantes de forma diferente -.

Neste mesmo sentido, Benetti (2010) ao utilizar a Análise de Discurso para realizar o mapeamento das vozes presentes em um texto recorda a importância da polifonia no relato jornalístico. Segundo a autora,

O discurso é fruto do trabalho de interação entre sujeitos (...), é sua característica dialógica e intersubjetiva, que inclui tanto o processo de dizer quanto o processo de interpretar. O discurso é constitutivamente dialógico, mas não necessariamente polifônico. Para identificar o seu caráter polifônico ou monofônico é preciso mapear as vozes que o conformam e, nesse movimento, refletir sobre as *posições de sujeito* ocupadas por indivíduos distintos (BENETTI, 2010, p. 116).

Os estudos de Benetti identificam que algumas reportagens, apesar de exporem diversos locutores (ou seja, pessoas que falam), apresentam apenas uma perspectiva de enunciação. Assim, se todos os locutores (fontes e jornalista) enunciarem um fato sob a mesma perspectiva e os mesmos interesses, apenas complementando-se umas às outras, não existirá polifonia. A autora retrata toda a complexidade que envolve o estudo das vozes do discurso jornalístico e reitera que, diante de sua natureza pública e da sua função de servir como meio de circulação de diferentes saberes, “apenas a pluralidade de perspectivas de enunciação pode configurar o jornalismo como campo plural e representativo da diversidade social” (BENETTI, 2010, p. 120).

A prevalência do repertório dos detentores de poder – principalmente do poder econômico - nas notícias também é denunciada por Ross (2006, 88-89). Como explica o

autor, o processo de industrialização do jornalismo, com o monopólio do grande capital sobre este segmento do mercado, trouxe como consequência, não apenas a prevalência do sensacionalismo e da espetacularização, mas a supressão das consideradas notícias de qualidade. Para Ross, a maior ameaça à qualidade do jornalismo não é simplesmente o compromisso mercadológico, mas especialmente a distorção política e ideológica.

Fatores como a questão de a decisão editorial não pertencer mais a um jornalista diretor da organização empresarial, mas a um empresário; a maior dependência da publicidade para manter os jornais; e a subordinação dos mesmos a outras empresas colaboram para a manutenção desse contexto. Mantendo a aparência de dirigir um jornal visando influenciar a opinião pública, vigiar o sistema político e fortalecer a democracia, os proprietários “enganam” seu público por meio da supressão de acontecimentos. Sobre para os diretores dos jornais – jornalistas não proprietários - a publicação apenas das partes de sua consciência, de seus ideais e valores profissionais compatíveis não só com propostas satisfatórias aos resultados econômicos da empresa jornalística, mas, sobretudo, com a reprodução da sua dominação e da respectiva ideologia hegemônica, excluindo os temas e reivindicações das classes e grupos periféricos identificados com a contra ideologia questionadora dos interesses da estrutura de poder (ROSS, 2006).

4. O QUE PODE SER FEITO PARA TENTAR MUDAR O JOGO?

Após a exploração do contexto do jogo, a identificação e exposição das relações entre participantes, assim como seus prováveis vencedores e as consequências disso, convém lembrar que, mesmo diante de um ambiente de descrédito, em algumas circunstâncias, jornalistas e público podem mudar esse cenário.

É de Habermas (1997) importante contribuição sobre como o jornalismo pode não apenas reduzir tal assimetria e manipulação, mas provocar mudanças estruturais nas relações de forças entre a sociedade civil e o sistema político na articulação de demandas para composição da agenda pública formal (SOUSA; ROCHA, 2022). A ruptura do modelo de acesso interno, (onde iniciativa pertence exclusivamente à estrutura de poder) pode acontecer: (1) de forma parcial - quando jornalistas investigativos e/ou uma elite dissidente inserem um tema na discussão pública contrário aos interesses das elites políticas e econômicas, constituindo o modelo de mobilização. Assim, a estrutura de poder precisa do apoio, nem que seja tácito, das galerias da opinião pública para que um programa do interesse das elites seja implementado. Caracterizamos essa forma como

“parcial”, uma vez que, na grande maioria das vezes, as deliberações decorrentes desse modelo também beneficiam a estrutura de poder, devido aos seus privilégios e às tremendas desigualdades sociais; e (2) de forma total, por meio do modelo de iniciativa externa que pertence “às forças que se encontram fora do sistema político, as quais impõem o tratamento formal utilizando-se da esfera pública mobilizada, isto é, da pressão de uma opinião pública” (HABERMAS, 1997, 114). Tal modelo acontece quando esses grupos articulam uma determinada demanda, a propagam dentro da esfera pública visando conseguir adesão dos demais públicos e inserir tal tema na agenda pública. A pressão gerada impõe aos detentores de poder de decisão a inclusão do assunto no debate formal.

Possuidor de uma maior autonomia em relação às fontes oficiais, o jornalismo investigativo permite a superação das barreiras impostas pela estrutura de poder na esfera pública, como no caso da reportagem do *Washington Post* sobre o caso *Watergate* (exemplo de como acontece o segundo modelo habermasiano), quando a imprensa, com auxílio de uma fonte anônima da Casa Branca, iniciou uma série de investigações que culminaram, em 1974, na renúncia de Richard Nixon ao cargo de presidente dos Estados Unidos; assim como na reportagem do *The Intercept Brasil*, em 2022, sobre uma juíza de Santa Catarina que induziu uma criança de 11 anos, grávida após estupro, a desistir do aborto legal. A repercussão da matéria resultou na mobilização da população e de entidades sociais - acarretando não apenas na mudança de posicionamento do Poder Judiciário, mas ainda na abertura de processo de investigação sobre a atuação da juíza, da promotora e do hospital envolvidos no caso, conforme o modelo de iniciativa externa (SOUSA; ROCHA, 2022).

Assim como Habermas, Gans (1979) enfatiza que, diante da disputa pelo poder de decidir quais mensagens irão compor a arena simbólica, o jornalista pode se apoiar no descontentamento de fontes e públicos insatisfeitos para resistir às pressões ocultas impostas ao seu trabalho (sejam elas editoriais, das elites econômicas e políticas etc.). Já quando a pressão é realizada de forma explícita, o profissional normalmente apela ao seu direito à liberdade de imprensa e autonomia garantidas por meios legais e pelo consenso da sociedade. Segundo Gans (1979, p. 269), esses mesmos argumentos podem servir como meio de contra-ataque.

Apesar da relutância em assumir posições sobre questões atuais, os jornalistas não hesitam em fazê-lo quando a liberdade de imprensa está em jogo. Tão importante quanto, os jornalistas têm algum poder para agredir quem exerce pressão; como mencionei antes, eles podem relatar tentativas de pressioná-los como notícia. (...) Em teoria, a liberdade de imprensa, como a liberdade acadêmica, é total; por esse motivo, os jornalistas reivindicam o direito exclusivo de determinar quando deve ser limitado na prática. A liberdade de imprensa, entretanto, é total apenas para os próprios jornalistas; eles estão menos preocupados com liberdades semelhantes para fontes, públicos ou, nesse caso, executivos.

Em outras palavras – como bem ratifica Breed (2016) e Tuchman (2016) – o jornalista pode, sob certas situações, utilizar a sua relativa autonomia para ultrapassar as condições impostas não só pelos *publishers* (proprietários dos jornais), mas por toda a rede de poder que existe implícita ou explicitamente no dia a dia da profissão. Na relação de mudanças hipotéticas nas atitudes do jornalista e suas possíveis consequências, Gans (1979, p. 310) inclui a revisão do peso dado à cada tipo de fonte de informação. Como explica, a própria sociedade moderna é heterogênea e, conseqüentemente, composta por diversas perspectivas sobre a realidade. Desta forma, “perspectivas diferentes levam a perguntas e respostas diferentes, exigindo, assim, fatos e notícias diferentes”. Baseando-se nessa premissa, o autor elaborou o conceito de notícia multiperspectiva.

Trata-se de uma rotulação de notícia que se diferenciaria das notícias rotineiras em cinco aspectos: (1) abordaria principalmente assuntos voltados à própria nação, relatando de forma abrangente a atuação de instituições nacionais; (2) romperia com hierarquia da abordagem de cima para baixo, ou seja, inclui a perspectiva não apenas da elite, mas dos cidadãos comuns; (3) apresentaria resultados dos temas abordados em notícias anteriores; (4) seria mais representativa, englobando cidadãos de “todas as esferas da vida na arena simbólica” e culminando, assim, na apresentação de uma diversidade de opiniões e posições ideológicas; e (5) daria maior ênfase nas notícias de serviço, com informações relevantes sobre instituições que afetam a vida do cidadão (GANS, 1979, p. 313-314).

O desafio consiste na alteração do *modus operandi* jornalístico, uma vez que, para chegar a esse patamar multiperspectivo, o profissional terá que reunir um número maior de fontes mais dispersas e menos acessíveis, além de organizar as informações recolhidas em histórias grandes, compostas por relações entre temáticas, análises e interpretações. Para Gans (1979, 315), notícias multiperspectivas alterariam a visão convencional sobre objetividade e parcialidade. Apesar de epistemologicamente impossível, a objetividade

poderia existir como intenção, ganhando ainda novo significado, uma vez que, “os selecionadores de histórias só podem ser objetivos escolhendo notícias de várias perspectivas”. Além disso, os valores pessoais desse selecionador não desapareceriam, pelo contrário, estariam expostos na diversidade das fontes utilizadas.

Investigar a partir de fontes alternativas, rompendo o ciclo de dependência entre jornalistas e detentores de poder, também é uma proposta exposta por Serra (2003, p. 37). O autor se baseia no exemplo de Ida Wells, jornalista e ativista nos anos de 1890, que desafiou os preceitos da objetividade jornalística vigente na época e plantou aspectos do chamado jornalismo público ou cívico. Neste sentido, a adoção de modelos do “Novo Jornalismo” como o Explicativo, Opinativo, Cívico e Investigativo (quando a investigação acontece de forma independente e autônoma, por meio da seleção e análise “de suas próprias ‘fontes’, ultrapassando a fase da mera citação dos burocratas e tecnocratas, dos funcionários e especialistas da ‘primeira burocracia’”) é válida.

As facilidades da *Web*, ainda conforme o pesquisador, contribuem nesse sentido, permitindo ao jornalista acessar diretamente as mesmas fontes documentais a que têm acesso funcionários e especialistas – o que possibilita a mudança de postura de mera caixa de ressonância da estrutura de poder vigente. Mais que isso, por meio de *hiperlinks*, o jornalista pode proporcionar maior transparência e conscientização do público, possibilitando, por exemplo, o acesso e a verificação de suas redes de fontes, gerando credibilidade à informação compartilhada (Serra, 2003).

Finalizando essa exposição sobre como virar o jogo, cabe destacar a importância de mudanças não apenas nas atitudes dos jornalistas, mas do público em geral. Como visto anteriormente, a visão de Hall *et al.* (2016) sobre os definidores primário encontra-se inserida numa lógica de produção, sob o viés estrutural, e não aponta possibilidades de questionamentos por parte dos profissionais jornalistas. Porém, o autor apresenta formas de negociações que podem minimizar o problema por meio da realização, por parte do receptor, de uma decodificação negociada ou globalmente contrária às impostas pela estrutura de poder e difundidas pelos *media*. Decodificar de forma negociada, requer associar elementos de adaptação e de oposição, uma vez que o receptor “reconhece a legitimidade das definições hegemônicas para produzir as grandes significações (abstratas), ao passo que, em um nível mais restrito, situacional (localizado), faz suas próprias regras – funciona com as exceções à regra” (Hall, 2003, p. 401). Conforme

explica Hall, esse tipo de negociação só se torna visível em algumas ocasiões. O receptor também pode decodificar uma mensagem sob um viés alternativo do apresentado pelos *media*, operando com o que o autor define de “código de oposição”. Cabe frisar, como bem afirmam Ross (2006) e Chaparro (1994), que apenas um público esclarecido e vigilante poderá ser capaz de mudar essa situação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário em que acontece o cabo de guerra jornalístico é complexo, não linear e baseado, frequentemente, em interesses particulares. Tem-se um jogo de regras implícitas, onde os participantes não possuem o mesmo poder e as mesmas condições de acesso. Como visto, a disputa pela interpretação da realidade e pela inserção de temáticas na agenda dos *media* envolve tanto a estrutura de poder vigente (as fontes oficiais e credíveis), quanto as classes subalternas, os grupos sociais excluídos e o cidadão comum, com seus interesses, impressões específicas e problemáticas diferenciadas. Na mediação, encontra-se o jornalista que, apesar de possuir relativa autonomia, ainda se encontra preso às pressões editoriais, políticas e econômicas que abrangem o dia a dia do fazer jornalístico e são impostas por essa mesma estrutura de poder.

O resultado desse jogo parece certo e traz como consequências, não apenas a limitação da cognição e da autonomia do jornalista e a prevalência de um jornalismo sem qualidade, declaratório, raso e descontextualizado; mas, especialmente, a reprodução da dominação e da ideologia hegemônica, levando à exclusão das problemáticas das classes e grupos periféricos. Apesar de escassas, as possibilidades de mudanças nesse cenário existem e é a elas que jornalistas e cidadãos devem se ater.

Ao profissional cabe, inicialmente, o questionamento do uso frequente de fontes oficiais no dia a dia de sua atividade, negociando, junto aos seus superiores, meios alternativos para a inserção de vozes periféricas. A apresentação de opiniões e posições ideológicas diversas culminaria numa maior representatividade e no já referido jornalismo plural, multiperspectivo e voltado ao interesse público. Da mesma forma, um público ativo, colaborador e ciente de sua autoridade complementar esses esforços, rompendo o ciclo de manutenção do poder. Acreditar que essas mudanças são fáceis de alcançar, é, no mínimo, ingenuidade. Porém, parafraseando Paulo Freire, a esperança de que isso aconteça deve ser associada ao agir e ao persistir, em busca de tornar este cenário diferente.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BENETTI, M. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (orgs) **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- BREED, W. Controle social na redação. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, N. (org) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.
- CANAVILHAS, J. **O novo ecossistema mediático**. Revista Index Comunicación, 2010. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-o-novo-ecossistema-mediatico.pdf>. Acesso em 10.dez.2022.
- CHAPARRO, M. C. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. Summus Editorial, 1994.
- _____. **Jornalismo: linguagem e espaço público dos conflitos da atualidade**. São Paulo, 2009.
- CORNU, D. **Jornalismo e Verdade**. Ginebre. Labor et Fides, 1994.
- CORREIA, J. C. **O admirável mundo das notícias: teorias e métodos**. LabCom Books. Lisboa, 2011.
- FRANCISCO, G. Jornalismo investigativo na internet financiado e pautado pelo leitor: o caso do Reportagem Pública 2017. **Dissertação** (Mestrado em Ciências da Comunicação), Universidade Fernando Pessoa. Porto - Portugal, 2019. <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/8461>.
- GANS, H.. **Deciding what’s news: a study of Evening News, NBC Nightley News, Newsweek and Time**. New York: Pantheon Books, 1979.
- HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, volume II, 1997.
- HALL, S. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2003.
- HALL, S.; CHRITCHER, C.; JEFFESON, T.; CLARKE, J.; ROBERTS, B. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, N. (org) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.
- HERMAN, E. A diversidade de notícias: “marginalizando” a oposição. In: TRAQUINA, N. (org) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.
- MEDINA, C. **Símbolos & Narrativas: rodízio 97 na cobertura jornalística**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1998.

MESQUITA, G. **Interfiro, logo existe: a audiência potente e as novas relações no jornalismo. Tese de doutorado.** Recife: UFPE, 2014.

MOLOTCH, H.; LESTERS, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, N. (org) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

PEREIRA JUNIOR, L. C. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa.** 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PEREIRA JUNIOR, A. E. V.; ALVES, K. C. Os espaços de colaboração da audiência ativa no telejornalismo. **Intexto**, n. 39, 2017, p. 42-59.
<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/64762/40241>.

ROSS, E. A supressão das notícias importantes. In: BERGER, C; MAROCCO, B. (orgs.) **A era glacial do jornalismo II**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SERRA, Paulo. **Informação e Sentido. O estatuto epistemológico da informação.** Universidade da Beira Interior. Covilhã-Portugal, 2003.

SOUSA, V. M. R.; ROCHA, H. C. L. Para além de investigações: Jornalismo Investigativo como propulsor de mudança nos fluxos de comunicação na esfera pública habermasiana. 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** João Pessoa-PB, 2022.
<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0720202209315562d7f5bb61cff.pdf>

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são.** 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, G. **Making News: A Study in the Construction of Reality.** New York: Free Press, 1978.

_____. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. (org) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação. Mass media: contextos e paradigmas. Novas tendências Efeitos a longo prazo. O newsmaking.** 8ª edição, Lisboa, 2006.